

CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICO- CULTURAL PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

CONTRIBUTIONS OF THE SOCIO-HISTORY-CULTURAL PERSPECTIVE TO SPECIAL EDUCATION

SANTOS, Thiffanne Pereira dos.

Resumo: O presente trabalho coloca em discussão a relação entre a Educação Especial e as concepções propostas pela perspectiva sócio-histórico-cultural, bem como suas repercussões no processo de inclusão escolar dos alunos público-alvo da referida modalidade de ensino. Para promover a análise dessa temática, procura-se elucidar os seguintes pontos: a relevância da interlocução entre diferentes áreas do conhecimento (Psicologia e Educação) para a efetivação da inclusão escolar; a compreensão das possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos público-alvo da Educação Especial e o papel das instituições educacionais nesse processo; e a reflexão sobre o conceito de zona de desenvolvimento proximal para a proposição de intervenções pedagógicas significativas. Nesse sentido, a investigação ancora-se nos estudos de Glat (2009), Rodrigues (2006), Bersch (2013), Vygotsky (2007, 2010), Leontiev (2004), Luria (1979), entre outros, para pensar a função atribuída à Educação Especial e aos processos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos público-alvo da Educação Especial.

Palavras-chave: Educação Especial. Psicologia. Aprendizagem e desenvolvimento. Zona de desenvolvimento proximal.

INTRODUÇÃO

Falar em inclusão escolar – principalmente em Educação Especial¹ – sempre nos remete a ideia de acesso e permanência dos alunos público-alvo dessa modalidade de ensino às instituições educacionais. No entanto, a ideia de inclusão escolar norteadora desse estudo vai além da questão do acesso e da permanência desses alunos nas instituições. Consiste em oportunizar possibilidades de ampliação da aprendizagem e do desenvolvimento dos alunos

¹ De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96 (LDBEN), a Educação Especial é a modalidade de educação oferecida aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente, na rede regular de ensino. Esses educandos são considerados o público-alvo da Educação Especial (BRASIL, 1996).

público-alvo da Educação Especial², a fim de reduzir as barreiras que porventura se colocam na trajetória desse grupo, devido as suas especificidades.

De acordo com os princípios da Educação Inclusiva, o processo de inclusão escolar não consiste apenas em garantir que esses alunos estejam presentes nas instituições educacionais. Além disso, é essencial também a promoção de intervenções que possibilitem a eles aperfeiçoar suas habilidades e competências. Segundo Reis (2006), o foco precisa ser o desenvolvimento de uma educação de cunho humanista, baseada na igualdade de oportunidades e na promoção de saberes que incitam atitudes de valorização do ser humano e de respeito à diversidade. Nesse sentido, para que a inclusão se torne uma realidade é necessário propiciar oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para todos aqueles que compõem o ambiente escolar, pois “a inclusão traz consigo o desafio de não só acolhermos os alunos com deficiência, mas de garantirmos condições de acesso e de aprendizagem em todos os espaços, programas e atividades do cotidiano escolar” (BERSCH, 2013, p.132).

A inclusão escolar requer o desenvolvimento de práticas pedagógicas que reduzam as desigualdades de oportunidades presentes nas instituições educacionais. Nesse sentido, a compreensão dos processos de aprendizagem e desenvolvimento do sujeito devem ser parte integrante da elaboração de ações pedagógicas com foco no aprimoramento das habilidades desses alunos. Esse olhar cuidadoso para a inclusão assegura aos alunos público-alvo da Educação Especial o direito de ampliar suas possibilidades de aprendizagem e de expandir seu leque de capacidades e de conhecimentos, tanto nas instituições educacionais quanto em outros espaços sociais. A concretização dessa premissa requer o efetivo diálogo entre a educação e as outras áreas do conhecimento, as quais poderão oferecer novos subsídios para contribuir com esse processo.

A Psicologia é uma dessas áreas, pois possibilita “a análise das peculiaridades psicológicas da criança, que cria obstáculo para levar-lhes instrução com êxito” (LURIA,

² O princípio de Educação Especial adotado nesse trabalho pauta-se no direito constitucional de todos a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988). Frente a isso, a percepção de Educação Especial abordada “assume que as diferenças humanas são normais” e que “ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem” é necessário desenvolver “uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar” (UNESCO, 1994).

1979, p. 24). Essa análise é essencial para o processo educativo dos alunos público-alvo da Educação Especial. Isso porque, as especificidades apresentadas por esse grupo – se não bem compreendidas e trabalhadas – podem representar barreiras para a aprendizagem e desenvolvimento desses alunos.

Sendo assim, ao refletir sobre a inclusão escolar é inevitável abordar a questão do processo de aprendizagem e desenvolvimento de cada sujeito, pois essa discussão é fundamental para a constituição de uma educação significativa para *todos* os envolvidos no processo educativo. Quando o objetivo é incluir, faz-se necessário o comprometimento de todos com uma perspectiva de educação voltada para o respeito à diversidade, considerando as possibilidades de crescimento de cada sujeito.

Realizadas essas primeiras ponderações, esse estudo ao abordar a temática da inclusão escolar, ressalta a relevância do debate sobre a questão da aprendizagem e do desenvolvimento de cada sujeito para a efetivação de um trabalho pedagógico com mais qualidade e significado. Trabalho esse que seja capaz de contribuir para a formação plena dos alunos público-alvo da Educação Especial e que não se restrinja a oportunizar “momentos de socialização” como se esse fosse o único objetivo da inclusão escolar.

1. Educação Especial e Psicologia: interação necessária

É relevante destacar que durante longo período os alunos público-alvo da Educação Especial foram relegados do convívio social e impedidos de frequentar as instituições de ensino regular. Contudo, no contexto atual não há mais espaço para uma educação excludente que desacredita no potencial de aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos, independentemente de suas especificidades. O acesso dos alunos público-alvo da Educação Especial às instituições educacionais é um direito garantido por lei. Assim, compete a essas instituições receber esses alunos e oferecer-lhes reais oportunidades para ampliarem suas habilidades e competências. Conforme Glat (2009), as instituições precisam pensar no estabelecimento de práticas e estratégias pedagógicas visando a real aprendizagem desses alunos.

A adoção de preceitos inclusivos por parte das instituições educacionais pressupõe acreditar no potencial de aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos, sem buscar nos estigmas a razão para um pressuposto fracasso escolar ou para se eximir da oferta de oportunidades para todos. A educação pautada nesses preceitos parte do princípio de que as diferenças engrandecem o processo educativo, já que o sujeito aprende no contato com o outro, com o novo, com o que o desafia.

Com base nessa concepção, as instituições educacionais se tornam espaços onde prevalece a heterogeneidade em detrimento da homogeneidade e da padronização. Na perspectiva de uma educação inclusiva, as necessidades originárias das diferenças podem ser reduzidas por meio de práticas que busquem oportunizar a aprendizagem de todos sem distinção. Destarte, disponibilizar oportunidades de aprendizagem a todos não significa estabelecer padrões de atividades e recursos, fundindo as diferenças em uma identidade. Ao contrário, consiste em propiciar aos alunos os meios necessários para que sejam capazes de superar suas dificuldades e ultrapassar expectativas de aprendizagem na construção do conhecimento e na participação do ambiente escolar.

Assim, é necessário acreditar na potencialidade de cada aluno respeitando os diferentes ritmos de desenvolvimento, as crenças, os valores, a cultura e demais especificidades de cada um. Todavia, colocar isso em prática requer, entre outros fatores, o desenvolvimento de práticas pedagógicas que consigam dar a resposta adequada às necessidades de cada aluno. Tal visão do processo educativo que reside na perspectiva da Educação Inclusiva reitera a importância do acesso e da permanência de todos os alunos nas escolas regulares, bem como ressalta a necessidade de equidade de oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento para todos os alunos. Conforme Rodrigues (2006, p. 303), esse modelo de educação “pressupõe uma participação plena numa estrutura em que os valores e práticas são delineados tendo em conta as características, interesses, objetivos e direitos de todos os participantes no ato educativo”.

Diante dessa perspectiva, é preciso buscar mecanismos para que os alunos público-alvo da Educação Especial consigam aprender e também se desenvolver nas instituições educacionais. Um dos mecanismos que podem colaborar para que isso se torne possível é o estabelecimento de relações entre as diferentes áreas do conhecimento e a educação

(Pedagogia), de modo a assegurar a esses alunos reais oportunidades de aquisição de novos saberes.

Eis o porquê do diálogo entre educação e psicologia. Segundo Luria (1979, p. 23), “a ciência psicológica é de grande importância prática para vários campos”, além disso, ela “representa hoje um sistema amplamente ramificado de disciplinas, que estudam a atividade psíquica do homem em diferentes aspectos” (1979, p. 11). Logo, a Psicologia contribui para ampliar a compreensão do processo educativo, fazendo emergir elementos reveladores das melhores formas de se trabalhar os conhecimentos e as especificidades de cada sujeito. Nesse contexto,

a Psicologia pedagógica é a área da Psicologia aplicada que deve assegurar a argumentação científica dos programas e métodos de ensino, estabelecer o círculo dos conceitos acessíveis às crianças da idade correspondente e os métodos de transmissão do material que garantirão sua melhor assimilação. (LURIA, 1979, p. 24)

No caso da Educação Especial, a interação entre os saberes advindos da Psicologia com os provenientes da Pedagogia favorece a instituição de práticas educativas realmente inclusivas que consideram as particularidades de cada sujeito. Essa interação possibilita a compreensão das singularidades cognitivas de cada sujeito e dá indícios de quais práticas pedagógicas são capazes de despertar habilidades nos alunos público-alvo da Educação Especial. Por meio dessa relação, podem-se desvelar novos caminhos pelos quais seja possível desenvolver um trabalho pedagógico que permita a esses alunos assimilar uma nova gama de conhecimentos, haja vista que esse processo de assimilação “depende substancialmente das peculiaridades psicológicas da criança, da idade e dos processos cognitivos na aprendizagem escolar” (LURIA, 1979, p. 24).

Portanto, a Psicologia é uma ciência essencial para que se consiga desenvolver uma educação realmente inclusiva. Não há como falar em inclusão escolar sem pensar na individualidade de cada sujeito e na forma como cada um consegue aprimorar suas capacidades cognoscitivas. E é por isso que a Psicologia tem um papel tão importante para a Educação Especial. A interação entre essas duas áreas coopera para a elaboração de uma

educação inclusiva que respeite a diversidade e que leve em consideração o fato de que cada sujeito é único e tem diferentes formas e ritmos de aprender e se desenvolver.

2. A questão da aprendizagem e do desenvolvimento na Educação Especial

É sabido que os alunos público-alvo da Educação Especial precisam de um número maior de estímulos para desenvolver suas habilidades e competências. Logo, as instituições educacionais são um lugar privilegiado para a disponibilização dessas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento³. Por isso, conforme já mencionado, é essencial que essas instituições se preparem para planejar, elaborar e oferecer ações pedagógicas que sejam capazes de contribuir para que tais alunos aprimorem suas capacidades. Embora esses alunos possuam algumas especificidades, eles são plenamente capazes de evoluir e adquirir novas saberes e conhecimentos.

De acordo com Leontiev (2004, p. 337), os alunos público-alvo da Educação Especial quando são colocados “nas condições que lhes convém e lhes aplica métodos de ensino especiais, a experiência mostra que em muitos casos conseguem fazer consideráveis progressos e por vezes mesmo liquidar completamente o seu atraso”. Sendo assim, podemos ver a relevância de se pensar estratégias capazes de despertar as habilidades desses alunos de tal forma a contribuir para seu pleno desenvolvimento e sua real inclusão nos ambientes educacionais e sociais.

Para Leontiev (2004, p. 337), quando não se consegue promover as possibilidades adequadas de aprendizagem ao aluno público-alvo da Educação Especial, há que se questionar se “o seu atraso era efetivamente irremediável ou a sua sorte ficou à dever-se à ação de más condições ou de acasos infelizes, condições que poderiam mudar, acasos que se poderiam afastar no decurso do seu desenvolvimento?”. Diante desse questionamento, cabe a todos os

³ Na visão de Vygotsky (2007), a aprendizagem é um processo pelo qual o sujeito adquire informações, habilidades, atitudes e valores a partir do seu contato com a realidade. Ela depende da interação social e está ligada a contribuição do meio sociocultural no ensino e na instrução. Ademais, promove alteração no desenvolvimento do sujeito pela interferência de outrem despertando processos internos. Já o desenvolvimento representa a alteração na estrutura dos comportamentos, configurando-se como um processo não linear. Consiste em transformações complexas e qualitativas, tais como: saltos, rupturas, evoluções, involuções, conflitos e contradições.

envolvidos no processo educativo refletir sobre as posturas pedagógicas adotadas e sobre as consequências que elas podem ter no desenvolvimento futuro desse aluno.

Diante disso, não se podem encerrar os alunos público-alvo da Educação Especial em estereótipos ou rótulos, atribuindo a eles a total responsabilidade pela ausência de um desenvolvimento “dito normal” ou considerado “esperado” e “típico”. Ou seja, não se pode classificar um sujeito como inapto devido a uma dificuldade apresentada por ele, pois com o auxílio de ações disponibilizadas no meio e por via da interação com o outro é possível que esse sujeito se aproprie de novos conhecimentos.

É preciso ter em mente que as peculiaridades apresentadas pelos alunos público-alvo da Educação Especial não são determinantes únicas do seu desenvolvimento e aprendizagem. Para além dessa questão, há que se considerar também a influência dos fatores externos no processo de aprendizagem e desenvolvimento desses alunos, tais como: os meios de ensino, as oportunidades disponibilizadas, as práticas pedagógicas adotadas e até a concepção de educação implementada.

Conforme afirma Leontiev (2004, p. 352), ao pensar no desenvolvimento dos sujeitos é essencial considerar “a existência de largas possibilidades, infelizmente nem sempre exploradas, de pedagogia corretiva, que o estudo do processo de desenvolvimento psíquico evidencia”. Assim, a postura pedagógica adotada no processo de inclusão escolar desses alunos pode ter papel decisivo para contribuir com a ampliação (ou não) das capacidades desses alunos.

Ademais, é preciso ter uma visão que não se restrinja às limitações previstas em um diagnóstico inicial desses alunos nem às possíveis dificuldades que elas podem trazer para o processo de aprendizagem e desenvolvimento deles. Os fatores internos podem sim representar obstáculos, no entanto, eles não são determinantes isolados das possibilidades de aprimoramento dos alunos público-alvo da Educação Especial. Ao contrário, fatores externos podem ampliar as chances de aperfeiçoamento das capacidades de cada sujeito.

De tal modo, na constituição da inclusão escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial, é essencial que cada sujeito seja compreendido em sua especificidade. Mas, também é importante que se considere a influência do meio e do outro – fatores externos – na aprendizagem e no desenvolvimento deles. Todas as intervenções pedagógicas pensadas e

planejadas, as vivências proporcionadas, as interações com os pares, entre outros aspectos, são fundamentais para oportunizar a construção de novas habilidades por esses alunos.

Por fim, na inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial é fundamental levar em conta os fatores internos que interferem em seu desenvolvimento e aprendizagem, mas também é primordial considerar o papel dos fatores externos – o meio e o outro – nesse processo, reconhecendo como eles podem contribuir para reduzir as possíveis dificuldades apresentadas por esses alunos. Caso contrário, conforme Leontiev (2004), pode-se incorrer ao erro da adoção de métodos pedagógicos ativos, científicos e diferenciados que minimizam as possibilidades de desenvolvimentos desses alunos como se fossem incapazes de aprender.

3. A zona de desenvolvimento proximal: a importância do meio e do outro na inclusão escolar

Frente à importância das instituições educacionais na promoção de ações pedagógicas que incitam a aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial, vale ressaltar a necessidade de se compreender o significado de zona de desenvolvimento proposto por Vygotsky. Ao analisar o desenvolvimento das crianças, Vygotsky afirma que existe “um nível evolutivo real que pode ser avaliado, quando ela é individualmente testada, e um potencial imediato para o desenvolvimento naquele domínio. Vygotsky chamou a diferença entre os dois níveis de zona de desenvolvimento proximal” (TUDGE, 1996, p. 152).

A zona de desenvolvimento proximal é o espaço no qual as instituições possuem mais possibilidades de realizar intervenções pedagógicas que auxiliem os alunos a potencializar suas capacidades. Haja vista que, conforme afirma Vygotsky, é nessa zona que o sujeito é capaz de concretizar a “solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes” (VYGOTSKY, 2007, p. 97).

As intervenções pedagógicas feitas nesse momento possuem maior influência na aprendizagem e no desenvolvimento dos sujeitos. Esse entendimento é fundamental para o exercício de uma prática educativa inclusiva, intencional e significativa. Tal prática requer o uso dos instrumentos do meio e das interações com o outro para potencializar a aprendizagem, já que “a zona de desenvolvimento proximal permite-nos delinear o futuro imediato da

criança e seu estado dinâmico de desenvolvimento, propiciando o acesso não somente ao que já foi atingido através do desenvolvimento, como também àquilo que está em processo de maturação” (VYGOTSKY, 2007, p. 98).

Essa concepção de zona de desenvolvimento proximal nos revela que a capacidade de aprendizagem e desenvolvimento do sujeito não está resumida a seu potencial individual, nenhum sujeito aprende sozinho. Ao contrário, o sujeito aprende com as relações, com as mediações ocasionadas durante a proposta de ações pedagógicas significativas, por isso é preciso oferecer oportunidades amplas e diferenciadas para que os alunos possam adquirir novas habilidades.

Logo, se pensarmos nos alunos público-alvo da Educação Especial e em sua aprendizagem e desenvolvimento, é fundamental que haja intervenções pedagógicas estimuladoras e que atendam às suas necessidades. Com isso, o sujeito pode se apropriar dos conhecimentos, conceitos, conteúdos e até contradições disponibilizadas e vivenciadas na zona de desenvolvimento proximal, que é um espaço de mudança e de aprendizagem.

A existência da zona de desenvolvimento proximal não institui um ideal de aprendizagem e desenvolvimento a ser atingido por todos de forma única. O olhar atento às necessidades de cada sujeito, em especial dos alunos público-alvo da Educação Especial, é fundamental para a compreensão de que cada sujeito se desenvolve de uma forma particular nem sempre linear. Por isso, a importância de se promover atividades que estimulem não só a imitação ou a reprodução de saberes, mas atividades que levem ao desenvolvimento intelectual, afetivo, social e cultural desses sujeitos.

Nesse contexto, oportunizar a esses alunos o contato com o meio e com o outro significa apresentar a eles um novo e ampliado conjunto de saberes que podem repercutir positivamente em seu desenvolvimento. Isso porque, “o mundo social preexistente, encarnado no adulto ou no colega mais competente, se torna o objetivo para o qual tende o desenvolvimento” (TUDGE, 1996, p. 153). Ademais, “a colaboração com outra pessoa – um adulto ou um colega mais competente – na zona de desenvolvimento proximal conduz então ao desenvolvimento de formas culturalmente apropriadas” (p. 153).

Desse modo, um processo de ensino-aprendizagem bem organizado e planejado, pautado no contexto sócio-histórico-cultural, pode aprimorar o desenvolvimento dos alunos

público-alvo da Educação Especial por meio das aprendizagens efetivadas. Assim, cabem às instituições educacionais buscar formas diferenciadas de se trabalhar os conhecimentos com esses alunos, levando em consideração as suas limitações e avanços. Assim,

precisamente porque as crianças retardadas, quando deixadas a si mesmas, nunca atingirão formas bem elaboradas de pensamento abstrato, é que a escola deveria fazer todo esforço para empurrá-las nessa direção, para desenvolver nelas o que está intrinsecamente faltando no seu próprio desenvolvimento (VYGOTSKY, 2007, p. 101).

Conforme o exposto, as instituições educativas têm a incumbência de promover subsídios que auxiliem os alunos público-alvo da Educação Especial a superar suas dificuldades. Para tanto, é preciso evitar a perpetuação de ações pedagógicas simplistas que vão apenas mantê-los no mesmo patamar ou subjugar-los a um *status* de inferioridade e incapacidade premeditada. Nesse sentido, o foco do processo de ensino-aprendizagem deve ser a superação das barreiras e a ampliação das possibilidades de aprendizagem desses alunos e não as suas limitações.

Acreditar no potencial dos alunos público-alvo da Educação Especial e na força do meio e do outro no processo de ensino-aprendizagem é fundamental para que a inclusão realmente aconteça. Torna-se primordial, nesse contexto, o enriquecimento das ações disponibilizadas durante o processo educativo. A variedade de propostas educativas favorece a relação com o outro e com o meio da aprendizagem e, por sua vez, repercute no desenvolvimento desses alunos.

Como Vygotsky demonstrou em sua abordagem da educação de crianças física e mentalmente deficientes, mudanças no contexto da educação podem ter profundas consequências para o processo de desenvolvimento. Vygotsky sentiu que crianças com deficiências tanto mentais quanto físicas deviam ser estimuladas a interagir amplamente ao invés de serem educadas apenas em contato com crianças na mesma situação (TUDGE, 1996, p. 153).

Segundo a assertiva de Tudge (1996), faz-se necessário compreender que todo processo de aprendizagem e desenvolvimento – inclusive dos alunos público-alvo da Educação Especial – é dialético. O homem transforma a si mesmo, assim como é

transformado pelo mundo, pelo meio, à medida que tem contato com outros homens, com a natureza e com a cultura, já que a atividade humana é uma atividade social e culturalmente enraizada. Existe uma indissociabilidade entre homem, meio e outrem e é por via dessas relações que o sujeito aprende e vai se modificando, se transformando.

Todo sujeito é um ser multideterminado, ele não é só corpo e sim o corpo no espaço onde as relações acontecem e existem de forma concreta. Não é um ser isolado, mas um sujeito em processo de construção, evolução, aprendizagem e desenvolvimento. Logo, as vivências históricas, culturais e sociais experiências de cada sujeito nos espaços educacionais são fundamentais para seu crescimento. Segundo Vygotsky,

a vivência de uma situação qualquer, a vivência de um componente qualquer do meio determina qual influência essa situação ou esse meio exercerá na criança. Dessa forma, não é esse ou aquele elemento tomado independentemente da criança, mas sim, o elemento interpretado pela vivência da criança que pode determinar sua influência no decorrer de seu desenvolvimento futuro (VYGOTSKY, 2010, p. 683-684)

De acordo com Vygotsky (2010), as particularidades de cada sujeito devem ser consideradas ao se pensar a melhor forma de promover a intervenção pedagógica que contribua para o aprimoramento psíquico dos envolvidos no processo de aprendizagem. A vivência do aluno compreende questões relacionadas ao meio e também à personalidade do sujeito, resultando nas suas possibilidades de desenvolvimento. Então, é preciso identificar as necessidades específicas de cada um para promover ações com vistas à superação de barreiras, de modo a tornar esse público mais ativo. De tal modo que não aconteça somente a transmissão, a imitação, mas também a construção do conhecimento.

A condução adequada do processo de ensino-aprendizagem por meio da promoção de interações adequadas entre o aluno, o meio e o outro contribui para que ele se aproprie dos conhecimentos históricos e culturalmente veiculados à sociedade. E a zona de desenvolvimento proximal é o contexto ideal para que sejam estabelecidas essas relações. As ações propostas no espaço da escola vão servir de suporte para que os alunos público-alvo da Educação Especial possam compensar suas dificuldades e aprender de forma expressiva. Não

restringindo esse processo ao ato de imitar e reproduzir, mas relacionando-o a prática da internalização e significação do que foi aprendido.

Diante disso, é imperioso compreender as necessidades desses alunos para oferecê-lhes ações que possibilitem o aprimoramento de suas funções psíquicas, efetivando, assim, a sua participação no processo de ensino-aprendizagem. Com isso, aluno será capaz de percorrer o caminho necessário para desenvolver e consolidar as funções que estão em processo de amadurecimento. Nesse processo, a mediação de outrem é fundamental para que se efetive a apropriação dos conhecimentos constituídos nas interações com o meio e o outro.

Por fim, a zona de desenvolvimento proximal é um espaço de construção coletiva diante do qual é preciso compreender o que diferencia os alunos público-alvo da Educação Especial e não o que os assemelha. Somente assim será possível buscar ações que os auxiliem a superar tais diferenças e a criar novas aptidões tomando-as para si. Desse modo, reconhecer a importância das intervenções pedagógicas disponibilizadas nesse processo é fundamental quando se pensa na inclusão escolar desses alunos. Pois, nesse contexto a mediação e a relação com o meio o outro podem representar possibilidades de compensação das suas dificuldades, proporcionando reais chances de aprendizagem e desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o exercício de reflexão sobre as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos público-alvo da Educação Especial, ficou evidente que as contribuições da perspectiva sócio-histórico-cultural quanto ao processo de aprendizagem e desenvolvimento dos sujeitos são fundamentais para a efetivação de uma educação realmente inclusiva. Nessa perspectiva, o foco das instituições de ensino deve ser as possibilidades de crescimento dos alunos público-alvo da Educação Especial e não suas limitações. Ademais, foi destacada a relevância das instituições educacionais assumirem o papel de promotoras de intervenções pedagógicas que auxiliem esses alunos a compensarem suas dificuldades e conseguirem aprimorar seu desenvolvimento. Isso porque, todo sujeito pode aprender desde que lhes sejam dadas as possibilidades para isso.

Para além dessas questões, a compreensão de que a aprendizagem desses alunos não se restringe apenas a fatores internos do sujeito, mas também a fatores externos e a sua influência nesse processo, contribui para a efetivação de uma educação inclusiva pautada no respeito à diversidade. Independentemente de suas particularidades, todo sujeito é capaz de se transformar, modificar e crescer.

Diante desses apontamentos, torna-se perceptível que apesar de a inclusão escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial ser considerada por muitos uma ilusão, um discurso idealizado ou uma ideia sem viabilidade prática, ela é sim possível e deve ser cada vez mais discutida, pensada e aprimorada. Não podemos nos esquivar da busca de mecanismos promotores da inclusão. É preciso associar diferentes áreas do conhecimento – como a psicologia e a educação – para garantir a esses alunos o aprimoramento de suas habilidades.

Portanto, é mais significativo e enriquecedor ser questionado por acreditar nas possibilidades de uma educação inclusiva que visa à aprendizagem e ao desenvolvimento de todos, a se deixar esmorecer pelo descrédito, de modo a encerrar os alunos público-alvo da Educação Especial a um destino de falta de oportunidades. Nessa perspectiva, recorreremos novamente às palavras de Leontiev: “podem-me censurar num certo otimismo pedagógico e psicológico exagerado. Mas essa censura não me mete medo, pois este otimismo assenta em dados científicos objetivos e encontra confirmação completa na prática pedagógica de vanguarda” (LEONTIEV, 2004, p. 352). Essa via de entendimento legitima a reflexão proposta neste estudo.

REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita. Tecnologia assistiva e atendimento educacional especializado: conceitos que apoiam a inclusão escolar de alunos com deficiência. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 20/08/2022.

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202218

BRASIL. MEC. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 27 ago. 2019.

GLAT, Rosana. Educação Especial: conceituando uma nova cultura escolar. In: GLAT, Rosana (org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

LEONTIEV, Alexis. Os princípios do desenvolvimento psíquico na criança e o problema dos deficientes mentais. In: LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Centauro, 2004.

LURIA, Alexander Romanovich. A Psicologia como ciência. O Objeto e a importância prática. In: LURIA, Alexander Romanovich. **Curso de Psicologia Geral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. I, 1979.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Educação inclusiva: limites e perspectivas**. Goiânia: Deescubra, 2006.

RODRIGUES, David. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

TUDGE, Jonathan. Vygotsky, a zona de desenvolvimento proximal e a colaboração entre pares: implicações para uma prática em sala de aula. In: MOLL, Luis C. **Vygotsky e a educação: implicações pedagógicas da psicologia sócio histórica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 20/08/2022.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Quarta aula: a questão do meio na pedagogia**. In: Psicologia USP, vol. 21, nº 4, São Paulo, 2010.

REVELLI, Vol. 14. 2022. Dossiê Cultura, Escola e Formação Humana: reflexões e interfaces com a educação.

ISSN 1984-6576.

E-202218